

Possibilidades do uso da cultura material nas aulas de história antiga: a arquitetura como lugar de memória

Macsuelber de Cassio Barros da Cunha*

macsuelber@hotmail.com

doi: 10.25247/hu.2017.v4n7.p60-74

Resumo

O ensino de História Antiga, muitas vezes, pode ser encarado como um difícil empreendimento. Muitas vezes, em tal ensino, são privilegiados os documentos escritos, não utilizando, ou usando de modo errôneo, as imagens da Cultura Material. Neste artigo, objetivamos demonstrar as possibilidades do uso da Cultura Material, principalmente da arquitetura, no ensino de História Antiga, haja vista que a arquitetura possuía nas sociedades antigas uma estreita relação com a memória, seja como uma perpetuadora de memórias ligadas às histórias reais ou lendárias que eram transmitidas de geração em geração, seja como uma propagadora de memórias relacionadas ao nome e aos feitos das pessoas por trás de tais obras. Desse modo, a utilização da Cultura Material como ponto de partida nas aulas de História Antiga é de grande importância para o professor, pois permite que os alunos visualizem a produção material da sociedade estudada, auxiliando na aprendizagem de conteúdos abstratos e, muitas vezes, de difícil compreensão, permitindo, assim, uma melhor produção de conhecimento por parte dos estudantes.

Palavras-chave

Cultura Material; Memória; Ensino

Possibilities of using material culture in classes of ancient history: architecture as a place of memory

Abstract

The teaching of Ancient History can often be viewed as a difficult endeavor. Often, in such teaching, written documents are privileged, not using or using in an erroneous way the images of Material Culture. In this article we aim to demonstrate the possibilities of the use of Material Culture, especially architecture, in the teaching of Ancient History, given that architecture had in ancient societies a close relationship with memory, either as a perpetuator of memories linked to real or legendary stories which were transmitted from generation to generation, or as a propagator of memories related to the name and deeds of the people behind such works. Thus, the use of Material Culture as a starting point in classes of Ancient History is of great importance for the teacher, since it allows students to visualize the material production of the studied society, aiding in the learning of abstract contents and often difficult to understand, thus allowing a better production of knowledge on the part of the students.

Keywords

Material Culture; Memory; Teaching

*Doutorando pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Bolsista Capes.

Introdução

A produção material de um povo, seja seus objetos cotidianos, artefatos, arquitetura, pintura, escultura, ou outros, diz muito sobre a sociedade que os produziu, pois carrega consigo muito da cultura deste povo e, através dessa Cultura Material, podemos perceber as relações entre seus integrantes, as relações de poder, bem como os diversos aspectos do social, como: economia, religião, educação, artes, relação de gêneros, entre outros. De certa forma, a Cultura Material traz materializada em si aspectos culturais, crenças, a representação da memória e o imaginário da sociedade que a produziu.

Porém, ainda hoje percebemos que os aspectos pertinentes à Cultura Material são relegados a um segundo plano entre os professores de história/historiadores que, em sua grande maioria, ainda se fixam única e exclusivamente no estudo das fontes escritas e no ensino das pesquisas que daí se derivam. Em casos mais graves, muitos profissionais do ensino se utilizam do livro didático como se este fosse sua tábua de salvação, sem o cuidado de utilizá-lo de modo reflexivo. Tanto no ensino, quanto nos livros didáticos, o que percebemos é o predomínio de uma utilização errônea de imagens da Cultura Material, de modo que as mesmas são tomadas como meras ilustrações dos conteúdos trabalhados, ou ainda, quando propõem um trabalho com as imagens, isso ocorre no final dos capítulos, como uma espécie de conclusão do assunto, ou mesmo como uma forma de legitimar e provar o que foi ensinado.

No que se refere à História Antiga, isso não é diferente. As imagens da Cultura Material utilizadas no ensino sobre a Antiguidade são, na maioria das vezes, imagens de estátuas, peças de cerâmica ou de construções

arquitetônicas, tais como templos, teatros, fóruns, etc. Muitas dessas imagens são utilizadas principalmente ao se falar da arte ou mitologia, mas sem a necessária explicação sobre os aspectos de produção das obras ou mesmo do objetivo e funções desta produção, de modo que acaba por transmitir aos alunos a ideia de que os antigos produziam essas peças, impulsionados pelos mesmos propósitos que guiam a produção de um escultor ou um arquiteto nos dias atuais.

Devido a isso, temos o objetivo de demonstrar a necessidade de uma mudança na forma de lidar com as imagens advindas da Cultura Material, além de demonstrar as possibilidades do uso da Cultura Material em sala de aula ancorada com a noção de que tais produções na Antiguidade poderiam assumir a função de lugar de memória, principalmente no que diz respeito à arquitetura. Propomos ainda o ensino de História Antiga no qual a Cultura Material seja o ponto de partida para o trabalho com outros conteúdos.

Cultura Material

De acordo com Holien Gonçalves Bezerra (2004, p.46), a ampliação do conceito de cultura enriquece o âmbito de análises, de modo que cultura não é mais vista apenas como o conjunto de manifestações artísticas; segundo esse autor, ela envolve as formas de organização do trabalho, da casa, da família, do cotidiano das pessoas, dos ritos, das religiões, das festas, etc.

No que se refere à Cultura Material, uma definição única é algo difícil de conseguir devido ao fato de que a noção de Cultura Material é bastante heterogênea. Numa definição simplória, poderíamos dizer que a Cultura Material se refere a tudo aquilo de material que é produzido por uma sociedade; “tudo que é feito ou utilizado pelo homem” (FUNARI, 2005, p.85).

De acordo com Richard Bucaille e Jean-Marie Pesez (1989, p. 13-19), o termo “cultura” poderia ser

substituído pelo de “civilização”, mas pelo fato deste último ter um significado mais lato, e por possuir um sistema de valores que opõe o civilizado ao bárbaro, os autores dizem que o termo “cultura” se adéqua melhor à função que possui, pois não implica nenhuma hierarquia. Já o termo “material” se refere obviamente, ao âmbito do material, do palpável.

Utilizando as palavras dos autores:

Em primeiro lugar, demasiadas vezes se ignora o fato de que a Cultura Material é, antes de mais, tal como o seu nome indica, uma cultura. Nessa qualidade, possui dois dos seus aspectos principais: a coletividade (oposta à individualidade) e a repetição por oposição ao acontecimento dos fenômenos que a compõem, o que, em qualquer ciência, define uma importante situação epistemológica e, por conseguinte, opções ideológicas e metodológicas. Além disso, esta aproximação cultural é determinada pela angularidade da materialidade, que foi a escolha para essa abordagem, tal como indica o adjetivo ‘material’. Esta escolha da materialidade revela dois aspectos precisos: o apego aos fenômenos infraestruturais como causalidade heurística e a atenção aos objetos concretos que explicam estes fenômenos: mesmo estes aspectos — sobretudo o primeiro — pressupõem orientações ideológicas e metodológicas evidentes e bem precisas (BUCAILLE; PESEZ, 1989, p. 18).

Segundo Sandra Maria Aragon (2003), a cultura está sempre ligada à atividade mental do homem e é, sem dúvida, tudo aquilo que recebemos, herdamos e recriamos na nossa e para a nossa sociedade. Cultura Material é, portanto, tudo aquilo que o homem “cria ou concebe e que utiliza na sua vida quotidiana, de modo a extrair do meio envolvente tudo o que necessita” (ARAGON, 2003, p.63). De acordo com esse ponto de vista, todo objeto utilizado pelo homem se enquadra no conceito de Cultura Material e, de modo mais amplo, toda materialidade que o homem cria e utiliza é parte integrante de uma Cultura Material, ou seja, desde

um utensílio utilizado para armazenar óleo até o mais rico e decorado templo faz parte da Cultura Material.

Segundo essa autora, o propósito do estudo da Cultura Material é o de entender a cultura de uma determinada sociedade ou comunidade num certo tempo, e, dentro disto que chama de “cultura”, estão as crenças, valores, ideias, atitudes e apreensões.

A Cultura Material é, portanto de extrema importância para os estudos de uma determinada sociedade. Os estudos da Cultura Material se situam na ampla rede das modalidades historiográficas que se desenvolveram no século XX. Segundo José D’Assunção Barros, a história se divide em algumas modalidades específicas, sendo estas: Dimensões, Abordagens e Domínios.

O primeiro critério gerador de divisões da história em modalidades mais específicas refere-se ao que chamaremos de dimensões, correspondendo àquilo que o historiador traz para primeiro plano no seu exame de uma determinada sociedade, [...]. Um segundo grupo de critérios para estabelecer divisões no saber histórico é aquele que chamamos de abordagens, referindo-se aos métodos e modos de fazer a História, aos tipos de fontes e também às formas de tratamento de fontes com os quais lida o historiador [...]. Para além das modalidades relacionadas a dimensões e abordagens, podemos pensar finalmente nas divisões da História que chamaremos de domínios, e que se referem a campos temáticos privilegiados pelos historiadores (BARROS, 2009, p. 2-3).

A História da Cultura Material, para esse autor, é uma dimensão historiográfica, pois quando o historiador avalia uma sociedade do ponto de vista da Cultura Material, o que o historiador está trazendo a primeiro plano é uma dimensão tão importante como a Política, a Cultura, o Imaginário, ou as várias outras dimensões que dão origem a campos históricos desta natureza.

A História da Cultura Material, dessa maneira, pode ser definida como o campo histórico que estuda os objetos materiais em sua interação com os aspectos mais concretos da vida humana. A noção fundamental que atravessa este campo é, como vimos, a da matéria. Contudo, este campo deve examinar não simplesmente o objeto material tomado em si mesmo, mas sim os seus usos, as suas apropriações sociais, as técnicas envolvidas na sua manipulação, a sua importância econômica e a sua necessidade social e cultural.

Em se tratando da Cultura Material advinda da Antiguidade, devemos esclarecer que nem sempre ela despertou o interesse ou foi vista como objeto de estudo e fonte de conhecimento. No caso romano, por exemplo, de acordo com Norberto Guarinello (2013, p. 17-19), “após a dissolução do Império Romano ocidental, a lembrança de um passado pré-cristão foi aos poucos se dissolvendo. Os vestígios materiais do Império eram como ruínas na paisagem, espaços de vida cotidiana, mas não lugares de memória”. Segundo este autor, foi apenas a partir do século XII e do interesse crescente pelos textos “antigos” que se difundiu a ideia que tinha havido um mundo “antigo” com uma cultura rica e singular; “as antigas ruínas, às quais não se prestava atenção, passaram a ser consideradas testemunhos desse mundo ‘antigo’, [...] formaram-se as primeiras coleções de objetos ‘antigos’” (GUARINELLO, 2013, p. 19).

Como esclarece Pedro Paulo Funari (2005, p. 85), somente no século XIX é que a Cultura Material passou a ter um estatuto diverso, deixando de ser vista “como objeto artístico, como modelo ou como curiosidade, para se tornar uma *fonte histórica*”. De modo que, a partir dela, podemos compreender melhor o passado de uma determinada sociedade.

Tudo que antes era coletado como objeto de colecionador, de estátuas a pequenos objetos de uso cotidiano, passou a ser considerado não mais algo para o simples deleite, mas uma fonte de informação, capaz de trazer novos dados, indisponíveis nos documentos escritos (FUNARI, 2005, p. 85).

A Cultura Material passou a auxiliar os estudiosos na construção dos conhecimentos relativos a esse passado. Dentre as diferentes formas da Cultura Material da chamada Antiguidade Clássica, debruçamo-nos com maior atenção sobre a arquitetura, por possibilitar a compreensão de diversos aspectos da sociedade que a erigiu. De modo que, a seguir, passamos a tratar da arquitetura e, mais particularmente, de seu importante papel de resguardar a memória.

A Arquitetura como lugar de memória

Para trabalharmos a noção de que a arquitetura se constituía como um lugar de memória, um lugar onde se representava uma memória que se queria coletiva e compartilhada, utilizaremos, neste trabalho, o conceito de memória definido por Joël Candau (2011, p. 9) no livro intitulado “Memória e Identidade”, no qual vê a memória como sendo “uma reconstrução continuamente atualizada do passado, mais do que uma reconstrução fiel do mesmo”, de modo tal que não é correto crer que a memória teria a capacidade de trazer para o presente as experiências do passado, conservadas e recuperadas em toda sua integridade. Esse conceito é de extrema pertinência e reflete com nitidez e clareza as práticas existentes na Antiguidade, como, por exemplo, durante o Império Romano, onde os Imperadores souberam utilizar-se, de modo bastante eficaz, desse passado continuamente atualizado em prol de uma reconstrução que lhes favorecessem.

¹O autor relaciona a protomemória com o conceito de *habitus*, de Bourdieu, no qual o passado não é representado, mas age pelo corpo. Sendo portanto, enquanto experiência incorporada, uma presença do passado e não uma memória do passado.

Candau (2011, p.23-24) faz uma diferenciação da memória em três tipos: a primeira, denominada protomemória¹, está relacionada com os “saberes e as experiências mais resistentes e mais bem compartilhadas pelos membros de uma sociedade, [...] é uma memória imperceptível, que ocorre sem tomada de consciência”; a segunda é a memória propriamente dita, relacionada às recordações ou lembranças; e a terceira é conhecida por metamemória, que é a “representação que cada indivíduo faz de sua própria memória, [...] metamemória é, portanto, uma memória reivindicada, ostensiva.” Enquanto representação, a metamemória pode ser relacionada, em nível de sociedade, com a expressão *memória coletiva*, ou seja, “um enunciado que membros de um grupo vão produzir a respeito de uma memória supostamente comum a todos os membros desse grupo”.

Deste modo, sempre que tratamos de memória neste trabalho estamos, na verdade, tratando da metamemória relacionada ao grupo, ou seja, das representações relacionadas à memória que alguns indivíduos da Antiguidade produziram acerca de uma memória que seria compartilhada por uma maioria.

Neste aspecto cabe ressaltar que, enquanto lugar de memória, a arquitetura antiga e mais precisamente as representações imagéticas aí presentes (sejam elas bidimensionais ou tridimensionais) tinha como uma de suas finalidades aquela de fazer recordar, e a recordação é, segundo Hannah Arendt (2003, p.72), a capacidade de tornar algo permanente, de modo que confere imortalidade aos feitos realizados pelos homens.

[...] imortalidade é o que os mortais precisam alcançar se desejam sobreviver às coisas que o circundam e em cuja companhia foram admitidos por curto tempo. [...] A História acolhe em sua memória aqueles mortais que, através de feitos e palavras, se provaram dignos de nature-

za, e sua fama eterna significa que eles, em que pese sua mortalidade, podem permanecer na companhia das coisas que duram para sempre (ARENDT, 2003, p.78).

E são justamente estes feitos memoráveis que ganham lugar de destaque na arquitetura antiga, permitindo a quantos queiram se lembrar dos feitos de seres reais ou míticos que os precederam e que inscreveram seu nome entre aqueles de fama imortal, evitando assim que seus feitos e nomes fossem esquecidos. A arquitetura funcionava, assim, como *monumentum* à memória. Segundo Jacques Le Goff (1996, p. 535),

*O **monumentum** é um sinal do passado. Atendendo às suas origens filológicas, o monumento é tudo aquilo que pode evocar o passado, perpetuar a recordação, [...]. Mas desde a antiguidade romana o **monumentum** tende a especializar-se em dois sentidos: 1) uma obra comemorativa de arquitetura ou escultura: arco de triunfo, coluna, troféu, pórtico, etc.; 2) um monumento funerário destinado a perpetuar a recordação de uma pessoa no domínio em que a memória é particularmente valorizada: a morte. O **monumentum** tem como características o ligar-se ao poder de perpetuação, voluntária ou involuntária, das sociedades históricas (é um legado à memória coletiva) e o reenviar a testemunhos que só numa parcela mínima são testemunhos escritos (LE GOFF, 1996, p. 535).*

Esta memória que encontra lugar na arquitetura modela o homem e é por ele modelada (CANDAU, 2011, p.16). Modela o homem, pois permite que este visualize, por exemplo, os mitos e as histórias que conhece desde criança, podendo contribuir mesmo para sua formação identitária, visto que a arquitetura possuía um aspecto pedagógico, um valor didático. E é pelo homem modificada, pois esse pode manipulá-la e usá-la de acordo com seus interesses políticos, por exemplo,

ao ressaltar na arquitetura determinadas histórias ou variantes de mitos em detrimentos de outras.

O ensino de História Antiga: Necessidade de mudanças

O Ensino de História tem sido bastante discutido nos últimos anos, recebendo muita atenção por parte dos pesquisadores comprometidos com o desenvolvimento deste campo de ação. Consequentemente tal ensino tem passado por importantes transformações. Para Leandro Karnal:

Ensinar História é uma atividade submetida a duas transformações permanentes: do objeto em si e da ação pedagógica. O objeto em si (o “fazer histórico”) é transformado pelas mudanças sociais, pelas novas descobertas arqueológicas, pelo debate metodológico, pelo surgimento de novas documentações e por muitos outros motivos. A ação pedagógica muda porque mudam seus agentes: mudam os professores, mudam os alunos, mudam as convenções de administração escolar e mudam os anseios dos pais. Ainda que a percepção sobre as mudanças na escola sejam mais lentas do que as de outras instituições da sociedade, ela certamente muda, e, eventualmente, até para melhor (KARNAL, 2005, p. 8-9).

É justamente uma mudança para melhor que devemos buscar no Ensino de História, repensando nossas metodologias e buscando uma prática reflexiva e que promova a construção do saber em sala de aula.

O Ensino de História, portanto, possui importância ímpar na formação da racionalidade histórica dos indivíduos e a área da História Antiga, particularmente, contribui para a consciência de que no passado existia outra cultura que não a de hoje, que a vida prática de ontem não é igual a de hoje. O estudo de História através dos conflitos humanos possibilita aos indivíduos uma reflexão sobre como agir em um mundo hoje globalizado e ao mesmo tempo diverso. É nesse sentido que o conteúdo de História Antiga contribui para o desenvolvimento de uma consciência histórica crítica (SILVA; GONÇALVES, 2015, p. 3-4).

O ensino de História Antiga é, portanto, de grande importância para a construção da identidade do aluno, pois, ao aprender sobre uma cultura tão distante no tempo e no espaço (distância esta que muitos vezes leva o aluno a não notar a utilidade deste estudo para sua vida), o aluno irá perceber que existem muitos processos de continuidade e aspectos nascidos na Antiguidade que persistem nos tempos atuais. Além disso, o aluno irá perceber as rupturas ocorridas e as diferenças em muitos aspectos da sociedade atual em relação com a sociedade antiga, podendo com isso construir sua identidade e especificidade em relação ao outro, percebendo-se como um ser diferente e único.

A História Antiga, dentre os conteúdos da disciplina de história, talvez seja aquela, que melhor possibilita ao aluno um encontro radical com o diferente, com a alteridade e com a pluralidade cultural. Claro que o termo Antiguidade condensa vários povos, religiões e línguas diferentes, em períodos de tempo longuíssimos, mas que na sala de aula, por vezes, são colocados todos como pertencentes a um mesmo quadro cultural. Nesse sentido a contribuição de outras áreas do conhecimento para o estudo da História Antiga, como a Arqueologia e a Antropologia, é fundamental (SILVA; GONÇALVES, 2015, p. 7).

O contato da História Antiga, e da História de modo geral, com outras áreas do conhecimento é de grande importância e proveito para a disciplina e para a construção do conhecimento acerca das sociedades que nos antecederam, de tal modo que, para François Hartog (2003, p.195), a heterogeneidade documental, com seus diferentes “discursos”, torna a tarefa do historiador da Antiguidade bastante delicada, situando-o na encruzilhada de múltiplas competências.

Como nos esclarece Guarinello (2013, p. 43-46), o campo da História Antiga passou por diversas

mudanças ao longo dos tempos e a “explosão de dados arqueológicos” ampliou a percepção da diversidade e pluralidade do “mundo antigo”, aumentando o interesse pelo particular e, com isso, a “fragmentação dos estudos sobre História Antiga”, o que, segundo o autor, foi muito saudável, pois forçou historiadores e arqueólogos a buscarem outras maneiras para inserir seus estudos particulares num relato mais geral. Para este autor, se a História Antiga ainda é interessante, é porque nos ajuda a enfrentar indagações surgidas no mundo contemporâneo.

Mas, para responder a essas questões, durante muito tempo a História se baseou exclusivamente em documentos escritos, relegando à Cultura Material apenas a função de comprovar ou ilustrar as afirmações estabelecidas por meio do documento escrito. Infelizmente, essa prática deixou raízes profundas e que são difíceis de remover sem um trabalho árduo e comprometido. Podemos citar como exemplo o uso do livro didático nas escolas, pois, como esclarece Ana Teresa Marques Gonçalves (2001, p. 3-7), tais livros, algumas vezes, perpetuam informações ou concepções desatualizadas, não conseguindo acompanhar as novas descobertas arqueológicas e as novas tendências de conceituação. Além disso, segundo essa autora, na maioria das vezes, as imagens são utilizadas apenas para embelezar o livro didático, ou como uma confirmação do que é afirmado no texto, dificilmente sendo usadas como fonte histórica. Porém, “não se trata de acabar com o livro, mas em lutar por melhores conteúdos, assim como por melhores condições de estudo e de trabalho na escola” (FUNARI; GARRAFFONI, 2004, p. 24).

A função do livro didático é a de auxiliar alunos e professores na sala de aula, ampliando informações através de uma linguagem mais acessível ao saber científico, realizando uma transposição do saber acadêmico para o saber escolar (SILVA; GONÇALVES,

2015, p.09). O livro didático é, pois, um valioso instrumento pedagógico para o professor, auxiliando na fixação do conteúdo ministrado mediante a aplicação de uma série de técnicas de aprendizagem, como exercícios, questionários, sugestões de trabalhos, entre outras (GONÇALVES; SILVA, 2008, p. 23).

Contudo, o livro não pode se converter no único recurso teórico-metodológico empregado pelos profissionais do conhecimento. O professor de História, independente do nível do ensino, universitário ou escolar, precisa utilizar-se de outros recursos que não apenas o livro didático (SILVA, 2010, p. 152).

E dentre esses recursos de que o professor deve utilizar, destacamos a Cultura Material. Bucaille e Pesez dizem que:

É provável que a história nunca tenha ignorado totalmente a Cultura Material, mas concedeu-lhe, durante muito tempo, um interesse bastante limitado. [...] Acabadas as idades da pré-história, que se definiam precisamente, mas excepcionalmente, através dos seus utensílios (Idade da Pedra, Idade do Bronze e do Ferro), não se falava mais disso. Só mais tarde se introduziram capítulos dedicados à vida quotidiana, onde também a Cultura Material tinha o seu lugar e a que se devem notícias esporádicas sobre a vida antiga, sobre a toga do cidadão romano, sobre os utensílios do camponês egípcio, sobre a nave do mercador sírio. E evidente que não é por acaso que estes capítulos eram mais numerosos nos livros de iniciação à história da Antiguidade: são tempos tão distantes que quase parecem pertencer a outros mundos, a outras humanidades. E a História encara-os como a Antropologia encara outros povos igualmente remotos, mas com distância, descrevendo-os simultaneamente através dos seus hábitos, alimentação, técnicas e costumes (BUCAILLE; PESEZ, 1989, p. 20).

Com a utilização dessa metodologia, o aluno acaba por adotar uma visão disforme em relação aos povos antigos, enxergando neles, apenas características fantásticas e “mágicas”, observando somente neles eles

diferem de nós. Caindo no outro extremo, estudam-se os povos antigos apenas pelo que possuem de semelhante conosco. “Limitada às civilizações mais antigas e aos inventos mais espetaculares, a história da Cultura Material ocupou durante muito tempo um lugar secundário” (BUCAILLE; PESEZ, 1989, p. 20). A Cultura Material seria assim um documento visto com reservas e visto, nos dizeres de Marcelo Rede (1996, p. 275), como um documento de “segunda categoria, incompleto e limitado, quando comparado à fonte escrita”. Em virtude disto, é necessária e urgente uma mudança de paradigmas no âmbito educacional, de modo a conferir à Cultura Material um lugar mais adequado à importância que ela possuía na Antiguidade e que possui hoje.

Quando falamos da importância que a Cultura Material possuía na Antiguidade, atemo-nos ao fato de ele ter um enorme valor didático no seio das culturas oralizadas, de modo tal que os mitos, por exemplo, que eram passados através das gerações por meio da fala, possuíam na Cultura Material um forte aspecto “pedagógico”, pois permitiam aos homens de então visualizar na pedra (templos, relevos, esculturas, etc.) e nas pinturas (cerâmicas, afrescos, murais, etc.) os mitos que conheciam desde crianças.

Quando nos referimos à importância que a Cultura Material possui hoje, estamos falando da possibilidade que ela confere ao pesquisador de compreender aspectos da sociedade estudada, aspectos estes que muitas vezes só podem ser apreendidos por meio da Cultura Material e das pesquisas arqueológicas.

Além disso, como diz Sandra Maria Aragon:

Só os objetos transcendem a fronteira do tempo e do espaço. [...] Eles circulam no seio das sociedades humanas e por isso, um mesmo objeto pode adquirir diversos significados em mais de um contexto ou lugar. [...] “Eles podem ser reexperenciados; eles são autênticos, e são material histórico primário para ser estudado em primeira mão. Os artefatos são evidên-

cias históricas”. [...] Os objetos são neste sentido, contadores de histórias, veículos de transmissão cultural e emocional (ARAGON, 2003, p.63-64).

O estudo atento dos objetos da Cultura Material faz com que esta especificidade da História esteja intimamente associada a diversos outros saberes, tais como: à Arqueologia, ao imaginário, à Economia, à cultura, à Museologia, entre outros.

É importante ressaltar também que para se dedicar à história da Cultura Material o historiador poderá recorrer também às fontes mais tradicionais (fontes escritas) e esta “possibilidade de lidar simultaneamente com as práticas arqueológicas e com a documentação historiográfica mais tradicional é por isto mesmo um dos desafios mais instigantes para os historiadores da Cultura Material” (BARROS, 2009). Mas para que haja uma boa análise historiográfica o objeto é sempre o ponto de partida na pesquisa, e não o resultado ou a ilustração dela.

Através do objeto, o historiador deve mostrar-se capaz de ler relações de poder, identificar padrões de pensamento e processos de simbolização, perceber hierarquizações sociais e funcionais, compreender as tensões que surgem entre a vida humana e a sua apropriação dos objetos e materiais que os homens encontram na natureza para transformá-los em seguida. Captar em um objeto simples toda a complexidade social, enfim, é o grande desafio do historiador da Cultura Material (BARROS, 2009, p.15).

Acreditamos na possibilidade de ensinar História Antiga através da utilização de um tema gerador, ou seja, usando-se da Cultura Material como ponto de partida para que se estabeleça a construção do conhecimento histórico por parte do aluno. Não só é possível, como importantíssimo, que haja esta modificação na forma de se ensinar História Antiga nas salas de aula, de tal modo que se modifique o objeto central de interesse nesse estudo, tornando a Cultura Material - que, durante muito tempo, foi vista como aspecto periférico

ou como uma forma ilustrativa para exemplificar o que foi ensinado - o ponto fulcral de tal estudo. Além disso, é de extrema utilidade esta mudança no objeto central do estudo e ensino de História Antiga, pois percebemos que a Cultura Material era a materialização de sua forma de ser e estar no mundo, refletindo sua vida e suas crenças. Dessa forma, podemos articular a Cultura Material a todos os outros aspectos da vida do homem antigo.

Porém, para isso é necessário, como dissemos, que haja uma mudança na forma de ensinar. Além disso, segundo Marcelo Rede (1996, p. 277), “o trabalho com a Cultura Material não exige apenas disposição de alargar o espectro documental; implica também uma mudança de raciocínio, que habilite a pensar outros problemas ou os mesmos problemas de outra forma”.

Propomos, assim, que a Cultura Material, particularmente a arquitetura antiga, seja usada como ponto de partida para se estudarem as sociedades antigas, ressaltando sua intrínseca relação com as memórias que as sociedades queriam manter vivas nas futuras gerações.

Possibilidades de uso: A Cultura Material como ponto de partida para o ensino

É necessário, portanto, que busquemos diferentes formas de ministrar as aulas de História, perdendo o que Leandro Karnal (2004, p. 74-75) chamou de “o Fetiche do Texto”, de modo que devemos estar atentos ao uso de imagens, música, sensoridades variadas.

Se o objetivo é fazer pensar, o texto é apenas um instrumento deste objetivo maior. [...] Lembre-se que há outros instrumentos. A sedução das imagens deve ser uma alavanca a nosso favor, nunca contra. Usar filmes, propagandas, caricaturas, desenhos, mapas: ajudar a ler o mundo, não apenas a ler letras (KARNAL, 2004, p. 75).

A utilização da Cultura Material por parte do professor de história, como ponto de partida para a construção do conhecimento histórico do aluno é uma possibilidade de suma importância. Segundo C. T. Custódio:

A Cultura Material constitui um aporte que permite a articulação de várias áreas do conhecimento ao passo que, também, é parte da experiência de cada um no seu cotidiano. Assim, ela possibilita diversos encaminhamentos nas atividades em sala de aula. As imagens, o universo das coisas, para além de ilustrar ou complementar as informações extraídas da documentação textual, constituem suportes de informação muito ricos para iluminar ou por vezes transpor o conhecimento tradicional sobre as sociedades antigas. O estudo das representações, uma observação sobre aspectos do cotidiano dos antigos por comparação aos nossos dias, permite ampliar o nosso conhecimento sobre os modos de vida do passado, bem como sobre a trajetória do homem e as transformações operadas ao longo do tempo (CUSTÓDIO, 2010, p. 8).

Dessa forma, percebemos que é possível e necessária a utilização da Cultura Material nas aulas de História Antiga, como ponto de partida sobre o qual se desenvolverão outros saberes. Desse modo, a partir de uma imagem, o professor deve desenvolver toda sua aula, levando os alunos a compreenderem todos os aspectos que perpassam a criação, função e utilização do objeto presente na imagem.

Porém é necessário o professor desenvolver metodologias de aula que despertem a curiosidade, o interesse e a participação dos alunos e onde haja a utilização das imagens da Cultura Material, além do trabalho com fontes escritas. Também é importante que o professor se utilize das ferramentas e possibilidades tecnológicas que o cercam, as quais fazem parte da vida dos alunos, possibilitando-lhes a aprendizagem com outras formas de materiais, como jogos, jogos eletrôni-

cos, vídeos em 3D, internet, réplicas, reconstituições computadorizadas, etc.

O mundo está permeado pela televisão, pela internet, pelos jornais, pelas revistas, pelas músicas de sucesso. A escola e a sala de aula precisam dialogar com este mundo. Os alunos em geral não gostam do espaço da sala porque ele tem muito de artificial, de deslocado, de fora de seu interesse. Usar o mundo da comunicação contemporânea não significa repetir este mundo, mas estabelecer um gancho relacionado à percepção do meu aluno (KARNAL, 2004, p. 77).

Para uma melhor compreensão de como a Cultura Material pode ser utilizada como ponto de partida para o estudo dos outros conteúdos, iremos ilustrar nossa fala com alguns exemplos, que mesmo sendo poucos, permitirão ao professor perceber a ferramenta grandiosa que possui em suas mãos quando se utiliza da Cultura Material.

Uma das possibilidades ao se estudar a Grécia, é iniciar o estudo a partir da acrópole de Atenas e estudar o Período Clássico tendo como tema central o templo Partenon localizado na acrópole. Dentro desta temática, pode-se explicar sobre o templo grego; suas principais características; o modo de construção; os materiais usados e os construtores; as ordens arquitetônicas; entre outros.

A partir da abordagem sobre esse templo, pode-se estudar, por exemplo, os aspectos referentes à religião e religiosidade grega, sua relação com os mitos que a perpassam e que se encontram retratados no templo, as crenças que baseavam a criação e as formas do templo, entre diversos outros assuntos referentes à religião. Podem ser estudados também os aspectos sociais, como por exemplo, quem participava dos rituais, quem

tinha acesso ao templo, quem poderia ser os sacerdotes, etc.

Além disso, ao se estudar sobre o Partenon, é necessário fazer uma contextualização, esclarecendo sobre os antecedentes e motivos que levaram à construção do templo, onde poderão ser ressaltadas as questões econômicas e bélicas, como por exemplo, o fato do templo ter sido criado para substituir o antigo templo que fora derrubado pelos Persas, o desenvolvimento da liga de Delos e o Imperialismo ateniense, bem como a consequente Guerra do Peloponeso.

Ao tratar sobre esta Guerra, liderada de um lado por Esparta e do outro por Atenas, o professor pode relacionar a questão da Cultura Material com as fontes escritas, utilizando-se, por exemplo, de uma passagem de Tucídides,² autor grego que escreveu a *História da Guerra do Peloponeso*. Em uma parte de sua obra Tucídides afirma:

Com efeito, se a cidade dos lacedemônios se tornasse deserta e nada restasse dela senão seus templos e as fundações dos outros edifícios, penso que a posteridade, após um longo período de tempo, custaria a crer que seu poder fosse tão grande quanto a sua fama. E eles, todavia, ocupam dois quintos do Peloponeso e exercem a hegemonia sobre todo ele bem como sobre muitos de seus aliados em outras regiões. (...) Em contraste, se Atenas tivesse o mesmo destino, penso que seu poder, a julgar pela aparência das ruínas da cidade, pareceria duas vezes maior do que efetivamente é (TUCÍDIDES, *História da Guerra do Peloponeso*. I. 10).

A análise da passagem acima gera uma importante reflexão sobre a relevância que a Arquitetura possuía na Antiguidade. O trabalho conjunto entre a fonte escrita e as construções da acrópole de Atenas, exem-

²De acordo com Arnaldo Momigliano (2004, p. 67), Tucídides direcionou todas as suas energias intelectuais para a compreensão do sentido da guerra que teve que enfrentar como ateniense. Ele concebia a vida em termos de vida política e a história em termos de história política.

plos da Cultura Material, enriqueceria a aula e proporcionaria aos alunos construir um conhecimento acerca do mundo grego pautado na análise e comparação de diferentes fontes históricas.

Outro exemplo que podemos citar do uso da Cultura Material como ponto de partida para o desenvolvimento das aulas de História Antiga diz respeito à utilização da arquitetura por Otávio Augusto, primeiro Imperador de Roma. Como vimos, a arquitetura tinha como uma de suas funções conter as representações públicas da memória e mesmo a de *serem* estas representações, e Augusto soube utilizar-se da arquitetura para transmitir uma memória positiva de seu governo e para se colocar como um exemplo a ser seguido.

Devemos lembrar que Augusto se orgulhava de ter encontrado Roma uma cidade de tijolos e de tê-la transformado numa cidade de mármore, tal o número de construções e reconstruções realizadas por ele. Além disso, a percepção de Augusto no que se refere à importância dos edifícios públicos é tanta que, de acordo com Geoffrey Sumi (2008, p. 220-262), Augusto teria empreendido uma verdadeira mudança topográfica na cidade de Roma com a construção de novos edifícios públicos que afetou decisivamente as cerimônias e a política em Roma.

Podemos inferir com isso a ligação entre a arquitetura e as estratégias propagandísticas de Otávio Augusto, pois ele se utilizava da construção e reforma dos edifícios públicos de modo a reforçar a crença de que com ele se havia iniciado um tempo de prosperidade e grandeza. Além disso, em suas construções, Augusto se apropria do passado de modo a recriar uma história na qual o seu nome e o de sua família estivessem diretamente ligados a uma linhagem de origem he-

roica, ligando-se a Marte e Venus, a Eneias, Rômulo e Remo, dentre outros.

Augusto manipula as representações da memória, ligando-se a ela e tornando-a uma memória cada vez mais forte, ou seja, uma “memória massiva, coerente, compacta e profunda, que se impõe a uma grande maioria dos membros de um grupo” (CANDAU, 2011, p. 44) e que pode ser, depois de reformulada, memorizada coletivamente, pois assenta-se e enraíza-se em uma tradição cultural, qual seja, a da glorificação e elogio dos heróis e suas linhagens.

Assim como a escrita possibilitou a estocagem de informações cujo caráter fixo pode fornecer referenciais coletivos de maneira mais eficaz que a transmissão oral³, a arquitetura monumental possibilitou o mesmo e permitiu a socialização da memória, ou seja, sua difusão para um maior número de pessoas por todo o Império. Desse modo, a monumentalidade do Império conseguida através da arquitetura, bem como de outros exemplos da Cultura Material, inscreveria o nome de seu idealizador, neste caso Augusto, na memória das futuras gerações, pois perpetuaria e imortalizaria os feitos deste Imperador. Augusto soube, portanto utilizar a arquitetura monumental em proveito da valorização de sua imagem, percebendo e utilizando-se do papel da arquitetura enquanto um lugar de memória.

A razão fundamental de ser de um lugar de memória, observa Pierre Nora, ‘é a de deter o tempo, bloquear o trabalho de esquecimento, fixar um estado de coisas, imortalizar a morte’. [...] A função identitária desses lugares fica explícita na definição que é dada a eles pelo historiador: ‘toda unidade significativa, de ordem material ou ideal, da qual a vontade dos homens ou o trabalho do tempo fez um elemento simbólico do patrimônio memorial de uma comunidade qualquer’. Um lugar de memória é um lugar

³Ideia defendido por Candau (2011, p.107-108) para o qual a tradição escrita também facilitou o “trabalho dos portadores, guardiões e difusores da memória”, permitindo a socialização da memória.

onde a memória trabalha (CANDAU, 2011, p.156-157).

Uma das construções empreendidas por Augusto, que pode ser utilizada como ponto de partida no trabalho com esta temática e que expressa bem este papel de ser um lugar de memória, ou seja, um lugar onde a memória trabalha, bloqueando o trabalho do esquecimento é o fórum dedicado por ele em 2 a.C..

Inspirado na monumentalidade do fórum de Júlio Cesar, o fórum de Augusto tinha ao centro a estátua honorífica oferecida a ele pelo Senado, uma quadriga na qual se poderia ler na inscrição colocada em sua base, o título honorífico de *Pater Patriae*. A construção mais imponente, localizada em uma das extremidades do Fórum, era o templo de Marte Vingador, que foi erigido para exaltar a vitória contra os assassinos de César. No frontispício deste templo, podia-se ver a relação de Augusto com uma linhagem divina, representada pela estátua dele ao lado de Marte; nas laterais se encontravam-se pórticos que delimitavam os lados do Fórum, aí ficava a galeria dos heróis, *summi viri*, uma série de nichos retangulares na parede onde ficavam estátuas e inscrições de personalidades importantes da República,

Imagem e texto aqui trabalham juntos para apresentar uma memória relativamente fixa de um grupo muito seleto de homens; ambos os meios, escultura e inscrição, pela sua natureza sugerem um sentido de permanência e continuidade. [...] O objetivo da galeria, contudo, era colocar o novo imperador e sua família num jogo visual com aqueles personagens republicanos com quem ele desejava ser mais intimamente associado [...] (GOWING, 2005, p. 140).

Otávio Augusto manipula esta memória, ou melhor, a representação pública desta memória de modo a ligar o seu nome e o de sua família com importantes personagens lendários ou históricos e mesmo como

descendente de uma linhagem divina. De acordo com Louise Revell (2009, p. 104-107), Augusto usou a iconografia de seu fórum como um caminho para recriar uma história de Roma que respondesse a suas necessidades políticas:

Além disso, como Augusto criou um passado mítico para reforçar seu próprio poder político, a adoção daqueles mesmos mitos como um patrimônio comum pelo povo do império ainda recriou este poder. Mitos tais como aquele de Rômulo e Remo veio a simbolizar um sentido compartilhado da história, ao mesmo tempo mantendo a aura do poder imperial (REVELL, 2009, p.104-107).

Muitos autores ressaltam a importância deste fórum e de seu papel de resguardar a memória de um passado glorioso, mantendo e transmitindo essa memória da República. Além disso, o fórum de Augusto teria, como vimos, o importante papel de estabelecer, de modo claro, uma ligação, uma conexão entre passado e presente, entre as grandes figuras do passado e Augusto, demonstrando assim que Augusto seria um continuador desse legado deixado pelos grandes personagens do passado.

Apesar de sua dívida àquele de Julio Cesar, o Fórum de Augusto é consideravelmente mais sofisticado na intenção e execução. Focando não apenas a família do novo princeps e seu lugar na história romana, o Fórum de Augusto era uma declaração arquitetônica e artística da república restaurada. Certamente nenhum monumento romano demonstra mais habilmente a perfeita mistura de passado e presente, público e privado, nacional e estrangeiro, republicano e imperial. [...] Em muitos aspectos importantes o Fórum de Augusto é mais bem entendido como uma “casa de memória” (GOWING, 2005, p. 138).

A partir de tal complexo arquitetônico o professor pode trabalhar com temas como: a religião romana, a relação entre mitologia e história, espaços de sociabilidade, utilização e manipulação da memória, seme-

lhanças e diferenças entre República e Império em Roma, etc.

Outro exemplo de arquitetura romana que podemos citar é o conhecido Panteão, reconstruído pelo Imperador Adriano no século II d.C. no mesmo lugar onde ficava o templo construído por Agripa durante o governo de Otávio Augusto. O templo erguido por Adriano era um templo circular dedicado a todos os deuses do panteão. Além dos aspectos referentes à construção, religião, sociedade e economia que expressamos anteriormente, este templo pode ser relacionado com o expansionismo territorial romana, e, consequentemente, com o expansionismo do panteão romano, que tinha a peculiaridade de agregar em seu panteão alguns deuses dos lugares conquistados, de modo que o templo é o exemplo material deste aspecto da religião romana. Além disso, este templo pode ser relacionado também com a questão da memória, pois ao reconstruir um templo que foi construído no período de Augusto, Adriano buscava ligar seu nome e sua imagem ao primeiro Imperador romano, de modo a mostrar que era um legítimo continuador de Augusto.

Com esses poucos exemplos, percebemos que as possibilidades do uso da Cultura Material no ensino de História Antiga são imensas e não se restringem somente à Cultura Material da Grécia ou de Roma, podendo estender-se ao Egito e demais sociedades africanas, aos Hebreus, Fenícios, Persas, aos povos da Mesopotâmia, entre outros.

O importante é que o conteúdo possa ser repensado tendo a Cultura Material como aspecto central e ponto de partida para os demais aspectos a serem estudados. Mas para isso é necessário que, como dissemos acima, o professor se utilize de diversas imagens, reconstituições bidimensionais, réplicas, reconstituições

em 3D, entre diversas outras possibilidades. Além disso, apesar de termos dado exemplos de templos, o professor pode utilizar diversas expressões da Cultura Material, como pinturas, afrescos, mosaicos, objetos, cerâmica, máscaras, joias, mobiliário (ou representações pictóricas deles), etc.

Conclusão

A Cultura Material é uma ferramenta de grande valor para o professor que busca romper com velhos paradigmas educacionais que, durante muito tempo, legou um lugar secundário aos produtos desta Cultura Material. E, em se tratando da Antiguidade, a arquitetura tem lugar de destaque, haja vista que muitos monumentos antigos chegaram a nossos dias, seja em ruínas ou preservados, contribuindo para uma melhor compreensão da grandiosidade de tais obras, bem como permitindo a percepção de sua importância para as sociedades que os erigiram.

Além disso, a arquitetura possuía, nas sociedades antigas, uma estreita relação com a memória, seja como uma perpetuadora de memórias ligadas às histórias reais ou lendárias que eram transmitidas de geração em geração, seja como uma propagadora de memórias ligadas ao nome e aos feitos das pessoas por trás de tais obras, já que a construção de grandes obras públicas conferia prestígio ao nome de seu idealizador.

A utilização da Cultura Material como ponto de partida na qual se baseará a construção do conhecimento dos alunos é de grande importância para o professor, pois permite que os alunos visualizem a produção material de uma sociedade, distante no tempo e no espaço, auxiliando na aprendizagem de conteúdos abstratos e, muitas vezes, de difícil compreensão, permitindo, assim, uma melhor produção de conhecimento por

parte dos estudantes. Portanto, é fundamental que repensemos nossas metodologias, buscando inovar e com isso estimular nos alunos o gosto por aprender.

Referências

- ARAGON, Sandra Maria. Cultura Material: a emoção e o prazer de criar, sentir e entender os objetos. In: *Cultura Vozes*, nº 4, julho – agosto, 2003, p. 62 – 69.
- ARENDT, Hannah. O Conceito de História: Antigo e Moderno. In: *Entre o Passado e o Futuro*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2003, p. 69-126.
- BARROS, José D’Assunção. História da Cultura Material – Notas Sobre um Campo Histórico em suas Relações Intradisciplinares e Interdisciplinares. In: *Patrimoni*. Março, 2009.
- BEZERRA, Holien Gonçalves. Ensino de História: Conteúdos e Conceitos Básicos. In: KARNAL, Leandro. (Org.). *História na Sala de Aula: Conceitos, práticas e propostas*. São Paulo: Contexto, 2004, p. 37-48.
- BUCAILLE, Richard ; PESEZ, Jean-Marie. Cultura Material. In: *Enciclopédia Einaud*. Lisboa: Casa da Moeda, 1989, v.16, p.11-47.
- CANDAU, Joël. *Memória e identidade*. São Paulo: Contexto, 2011.
- CUSTODIO, C. T. *Por outra história da Grécia Antiga nas salas de aula*. São Paulo: Labeca - MAE/USP, 2010.
- FUNARI, Pedro Paulo. Os historiadores e a Cultura Material. In: PINSKY, Carla B. (Org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005, p.81-110.
- FUNARI, Pedro P.; GARRAFFONI, Renata. História Antiga na Sala de Aula. *Textos Didáticos* (UNICAMP), v. 51, 2004, p. 1-70.
- GONÇALVES, Ana Teresa M. Os Conteúdos de História Antiga nos Livros Didáticos Brasileiros. *Hélade*, Número Especial, 2001, p. 3-10.
- GONÇALVES, Ana Teresa M.; SILVA, Gilvan Ventura. O ensino de História Antiga nos livros didáticos brasileiros: balanço e perspectivas. In: CHEVITARESE, A. L.; CORNELLI, G.; SILVA, M. A. O. (Orgs.). *A Tradição Clássica e o Brasil*. Brasília: Fortium, 2008, p. 21-34.
- GOWING, Alain M. *Empire and Memory: The Representation of the Roman Republic in Imperial Culture*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.
- GUARINELLO, Norberto L. *História Antiga*. São Paulo: Contexto, 2013.
- HARTOG, François. *Os Antigos, o Passado e o Presente*. Brasília: Editora UnB, 2003.
- KARNAL, Leandro. A Renovação da História: Ensino Consequente. In: SERPA, Élio Cantalício et al. (Orgs.). *Escritas da História: Intelectuais e Poder*. Goiânia: Editora da UCG, 2004, p.71-81.
- _____. Introdução. In: _____. (Org.). *História na Sala de Aula: Conceitos, práticas e propostas*. São Paulo: Contexto, 2005, p. 7-14.
- MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. *A cultura material no estudo das sociedades antigas*. Revista de História, São Paulo, n.115 (Nova Série), julho-dezembro, 1983, p.103-117.
- MOMIGLIANO, Arnaldo. *As raízes clássicas da historiografia moderna*. Bauru: EDUSC, 2004.
- REDE, Marcelo. História a partir das coisas: tendências recentes nos estudos da cultura material. São Paulo, 1996. In: *Anais do Museu Paulista* (Nova Série), São Paulo, p. 265 – 282.

- REVELL, Louise. *Roman Imperialism and Local Identities*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.
- SILVA, Lisiana L. T.; GONÇALVES, JUSSEMAR W. O Ensino de História Antiga: Algumas Reflexões. In: XXVIII Simpósio Nacional de História. Florianópolis, 2015. *Anais...* Florianópolis, p. 1-15.
- SILVA, Semíramis Corsi. Aspectos do Ensino de História Antiga no Brasil: algumas reflexões. *Alétheia: Revista de estudos sobre Antigüidade e Medievo*, Volume 1, Janeiro a Julho de 2010, p. 145-155.
- SOUZA, Marcos Alvito. Iconografia, História, Antiguidade grega II: a cidade das imagens. In: *Anais do Museu Paulista* (Nova Série), São Paulo, 1993, p. 287-293.
- SUMI, Geoffrey S. *Ceremony and Power: Performing Politics in Rome between Republic and Empire*. Michigan: University of Michigan Press, 2008.
- THUCYDIDES. *History of the Peloponnesian War*. Trad. C. F. Smith. Harvard: University Press, 1919. (The Loeb Classical Library)

Submissão: 13/03/2017

Aceite: 19/09/2017